

A Agricultura Camponesa como Resistência ao Neoextrativismo no Município de Tabuleiro do Norte/CE

Stacy Sheridan Lima de Oliveira
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Camila Dutra dos Santos
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Rafaela Lopes de Sousa
Universidade Estadual do Ceará - UECE

RESUMO

Este artigo é produto do projeto de iniciação científica intitulado “O bem viver da agricultura camponesa como resistência ao modelo neoextrativista do agronegócio na Chapada do Apodi/CE” e teve como objetivo geral analisar e compreender a origem e os processos de territorialização do modelo neoextrativista agroexportador na Chapada do Apodi, Ceará, sobretudo, no município de Tabuleiro do Norte, bem como as existências e resistências ao agronegócio na região, a partir dos modos de vida da agricultura familiar camponesa. Visando alcançar o objetivo proposto, como procedimentos metodológicos, foram realizados levantamentos bibliográficos, pesquisa de cunho qualitativo, leituras sobre a temática, participação em eventos, levantamento documental e trabalhos de campo em comunidades rurais do município de Tabuleiro do Norte/CE. Buscamos trazer a denúncia dos processos de desterritorialização e dos impactos socioambientais advindos da expansão do agronegócio no município de Tabuleiro do Norte, Ceará, mas, sobretudo, fazer o anúncio das resistências camponesas que se territorializam e tencionam as configurações capitalistas de poder.

Palavras-chave: Neoextrativismo; Chapada do Apodi; Agricultura camponesa; Resistências; Tabuleiro do Norte.

Peasant Agriculture as Resistance to Neoextractivism in the Municipality of Tabuleiro do Norte/CE

ABSTRACT

This article is the product of the scientific initiation project entitled "The good life of peasant agriculture as resistance to the neoextractivist model of agribusiness in the Chapada do Apodi, Ceará" and had as its general objective to analyze and understand the origin and processes of territorialization of the neoextractivist agroexport model in the Chapada do Apodi, Ceará, especially in the municipality of Tabuleiro do Norte, as well as the existence and resistance to agribusiness in the region, from the ways of life of peasant family farming. Aiming to reach the proposed objective, as methodological procedures, we carried out bibliographic research, qualitative research, readings on the theme, participation in events, document survey, and field work in rural communities in the municipality of Tabuleiro do Norte/CE. We seek to denounce the processes of deterritorialization and the socio-environmental impacts resulting from the expansion of agribusiness in the municipality of Tabuleiro do Norte, Ceará, but above all, to announce the



peasant resistances that territorialize and intend the capitalist configurations of power.

Keywords: Neoextractivism; Chapada do Apodi; Peasant Agriculture; Resistance; Tabuleiro do Norte.

Agricultura Campesina como Resistencia al Neoextractivismo en el Municipio de Tabuleiro do Norte/Ce

RESUMEN

Este artículo es producto del proyecto de iniciación científica titulado “O bem viver da agricultura camponesa como resistência ao modelo neoextrativista do agronegócio na Chapada do Apodi/CE” y tiene como objetivo analizar y comprender el origen y los procesos de territorialización del modelo neoextractivista agroexportador en Chapada do Apodi, Ceará, especialmente en el municipio de Tabuleiro do Norte, así como las existencias y resistencias al agronegocio en la región, a partir de los modos de vida de la agricultura familiar campesina. Con el objetivo de alcanzar el objetivo propuesto, como metodología, se realizaron levantamientos bibliográficos, investigaciones cualitativas, lecturas sobre el tema, participación en eventos, levantamiento documental y trabajos de campo en comunidades rurales del municipio de Tabuleiro do Norte/CE. Buscamos denunciar los procesos de desterritorialización y los impactos socioambientales derivados de la expansión de la agroindustria en el municipio de Tabuleiro do Norte, Ceará, pero, sobre todo, dar a conocer la resistencia campesina que se forma, territorializan y tensan la configuración de poder capitalistas.

Palabras clave: Neoextractivismo; Chapada do Apodi; Agricultura campesina; Resistencias; Tabuleiro do Norte.

INTRODUÇÃO

O modelo agroexportador tem sido hegemônico no Brasil e nos demais países latino-americanos desde sua colonização. O interesse, a apropriação e a extração de bens naturais, sobretudo, de áreas mais ao sul do globo terrestre, que aconteceu, primeiramente, por parte de países da Europa e, mais recentemente, pelos Estados Unidos, nos leva a compreender a razão e condição da introdução da América Latina dentro da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e no sistema mundo. Segundo Acosta, (2016, p. 47.):

A América Latina surge como tal ao se incorporar no sistema capitalista em formação, isto é, no momento da expansão mercantilista europeia do século XVI [...] No decorrer dos três primeiros quartos do século XIX, e concomitantemente à afirmação definitiva do capitalismo industrial na Europa - principalmente na Inglaterra -, a região latino-americana é chamada a uma participação mais ativa no mercado mundial, como produtora de matérias-primas e como consumidora de uma parte da produção leve europeia.

O percurso econômico do Brasil não fugiu à regra, pois, a chegada dos europeus, sobretudo, lusitanos no início do século XVI em solo brasileiro, trouxe consigo, interesses de expansão comercial, voltados para extração de bens naturais para exportação, principalmente metais preciosos, ainda que não os encontrando em um primeiro momento. Dessa forma, os ciclos econômicos brasileiros seguiram ao longo de sua história, colonial e recente, dominados pela perspectiva agroexportadora (OLIVEIRA, 2019).



Assim, o pau-brasil foi o primeiro bem extraído, seguido do ciclo do açúcar, da mineração e do café, sendo este último responsável por uma nova configuração política no País, neste período da história o complexo agroindustrial começa a tomar forma no Brasil. No início do século XIX, o Brasil inicia seu processo de industrialização que ganha força após 1929. No entanto, Oliveira (2019, p. 38) aponta que “o processo de industrialização dos países latino-americanos, incluindo o Brasil, foi travado pela sua posição “natural” na Divisão Internacional do Trabalho”.

Elias (2002, p. 32) afirma que no Brasil, a intensificação da modernização da agricultura ocorreu, sobretudo, a partir de 1960, privilegiando produtos, segmentos e áreas, o que ocasionou profundos impactos socioambientais e territoriais. Sousa (2020, p. 22) traz que:

O avanço das formas capitalistas de produção no campo brasileiro já se iniciava a partir das décadas de 1970 e 1980, tendo como aporte os processos comandados pelo período da ditadura civil e militar, e tendo influências da chamada “Revolução Verde”.

Nessa perspectiva, no período entre o final do século XX e o início do século XXI, a economia brasileira passou por um processo de reprimarização, rentista – neoextrativista e, mais recentemente, neodesenvolvimentista, dando ênfase à retomada das exportações de *commodities* agrícolas e minerais, sobretudo, a soja, petróleo e minérios de ferro. Santos e Milanez (2013, p. 30) assinalam que:

Estudos empíricos indicam que, nos últimos anos, ao invés de uma economia diversificada, complexa e funcionalmente integrada, centrada no dinamismo do setor secundário, conforme defendido pelo neodesenvolvimentismo, observa-se um movimento de insulamento de setores econômicos e redes ou cadeias de produção de alta competitividade – intensivos em recursos naturais – e o ‘desaparecimento’ de outros, o que se traduz em simplificação, tendo como eixo dinâmico os segmentos de *commodities* primárias.

Boito Jr. e Berringer (2013, p. 32) conceituam neodesenvolvimentismo como:

[...] é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal. Convém destacar seis diferenças. O neodesenvolvimentismo (i) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990 é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo; (ii) confere importância menor ao mercado interno; (iii) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local; (iv) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; (v) tem menor capacidade distributiva da renda e (vi) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força anti-imperialista.

Sobre o campesinato, no contexto do programa neodesenvolvimentista, os autores salientam que embora possuam uma frente presente e com algumas reivindicações reconhecidas pelo Governo, sobretudo nos governos Lula e Dilma:



O campesinato pobre, que corresponde aos camponeses sem-terra ou com pouca terra, reivindica a desapropriação das terras ociosas e uma política agressiva de abertura de novos assentamentos. Essa camada camponesa é a mais marginalizada pela frente neodesenvolvimentista [...]. O agronegócio tem um peso importante na política neodesenvolvimentista, fato que bloqueia a política de desapropriações (BOITO JR; BERRINGER, 2013, p. 33).

Nesse sentido, trazendo o panorama apresentado para o território cearense, conforme aponta Cavalcante (2020, p. 23), embora com algumas particularidades ligadas ao seu contexto geoambiental e ao seu processo de formação socioespacial, o Estado do Ceará é um caso emblemático deste processo, possuindo seus ciclos econômicos, desde o início de sua colonização até os dias atuais, vinculados à agricultura e à pecuária, tendo as conflitualidades no cerne do seu desenvolvimento.

Dessa forma, de acordo com Cavalcante (2020, p. 26), até meados dos anos de 1980 não se conhecia a consecução do agronegócio no Ceará. Contudo, segundo esse autor, nas últimas décadas, o Estado entra em seu processo de reestruturação econômica e territorial, tendo como maior responsável o governo do Estado, vinculado à iniciativa privada, sobretudo, a partir de 1990, com o governo neoliberal de Tasso Jereissati e suas políticas públicas de infraestrutura hídrica, de transporte, pesquisa e incentivos fiscais, tornando, assim, o Estado do Ceará, com destaque para o Vale do Jaguaribe, sobretudo, a Chapada do Apodi, atrativo para as empresas do agronegócio, principalmente para o setor da Fruticultura (CAVALCANTE, 2020).

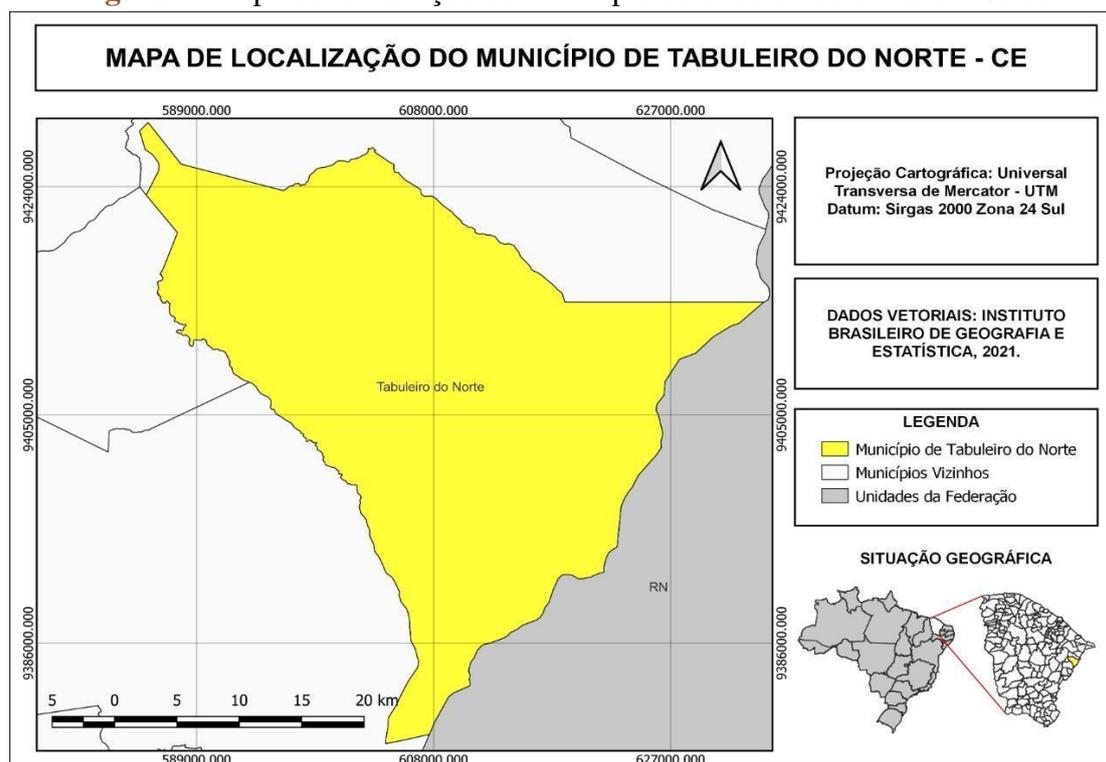
Pereira e Cuellar (2015, p. 118) apontam que:

[...] a implantação dos perímetros irrigados nos anos 1990 beneficia as empresas do agronegócio em detrimento das comunidades tradicionais (agricultores, pescadores e ribeirinhos). Com isso, fazem uma reforma agrária às avessas tirando os recursos naturais dos pobres para a apropriação privada do grande capital.

A Chapada do Apodi encontra-se na fronteira entre os Estados do Rio Grande do Norte e Ceará, integrando, para o lado do Ceará, os municípios de Limoeiro do Norte, Quixeré, Alto Santo, Jaguaruana, Potiretama, Aracati e Tabuleiro do Norte, sendo este último o foco deste artigo. De acordo com dados do censo de 2010 do IBGE, o município de Tabuleiro do Norte contém uma área territorial de 1.047,637 km², com uma estimativa populacional de 32.079 pessoas [2021].



Figura 1: Mapa de localização do município de Tabuleiro do Norte – Ceará



Fonte: Cunha, 2022.

Segundo o IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2017), Tabuleiro do Norte recebe esse nome em referência ao tipo de solo arenoso e plano - tabuleiro - encontrado na cidade, seu clima é o semiárido, com período chuvoso de fevereiro a abril. Os tipos de solos encontrados são, a saber: Solos Aluviais, Cambissolo, Vertissolo. A vegetação característica é marcada por: Caatinga Arbustiva Densa, Floresta Caducifólia Espinhosa e Caatinga Arbustiva Aberta com prevalência da carnaúba. Seu relevo predominante é o planalto sedimentar da Chapada do Apodi, planícies aluviais e depressões sertanejas, o município é banhado pelas bacias hidrográficas do Banabuiú e do médio e baixo Jaguaribe.

Para Barros (2021, p. 49), é imprescindível que se conheça as condições físico-geográficas da área, tendo em vista que as atividades humanas estão, em parte, vinculadas a esses elementos, como agropecuária, extrativismo vegetal e a exploração do calcário para a produção de cal. Dessa forma, Tabuleiro do Norte, inserido na lógica dos demais municípios do Vale do Jaguaribe, teve seu crescimento econômico marcado pela exploração de diversas culturas e em épocas diferentes voltadas para o curtimento do couro, o cultivo do algodão e a extração do pó da carnaúba, até a consolidação da agricultura nos séculos XVII ao XX (BARROS, 2021, p. 51).

Assim, as agricultoras e agricultores do referido município enfrentam, desde 2020, o avanço de grandes empresas do agronegócio vinculado ao setor do algodão e da soja transgênica, trazendo diversos impactos socioambientais na região. Sousa (2020, p. 75) afirma que “é imprescindível percebermos que a conflitualidade está imbricada principalmente na agricultura capitalista, gerando contradições no espaço agrário”. No entanto, a autora expõe



que é a partir da reprodução das contradições do capitalismo, engendrada no campesinato, que se projetam formas de enfrentamento no campo, materializando, assim, a luta por autonomia política e econômica, emergindo, portanto, processos de resistência camponesa no Brasil, e mais especificamente, no Ceará (SOUSA, 2020, p. 76).

Dessa forma, este artigo tem como objetivo investigar e discutir a origem e a trajetória dos conflitos socioambientais atrelados à territorialização do neoextrativismo na Chapada do Apodi, sobretudo no Município de Tabuleiro do Norte, bem como, compreender as resistências e as práxis territoriais que indicam alternativas ao modelo neodesenvolvimentista, marcado por atividades neoextrativistas.

PERCURSO TEORICO METODOLÓGICO

Trajatória metodológica

A metodologia é parte essencial da pesquisa, é nela onde sistematizamos o tempo necessário para a realização desta, além dos materiais e dos sistemas que irão ser utilizados. De acordo com Minayo (2009, p.14), “entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Dessa forma, utilizamos a pesquisa participante como metodologia deste artigo. Para Schmidt (2008, p. 394), a expressão “participante” refere-se à presença do pesquisador, a partir de convite ou convocação a participar como colaborador ou interlocutor, ao campo de investigação que se constitui da vida cotidiana dos indivíduos, grupos ou comunidades. A autora assinala que “desta interpretação, os “pesquisados” não estão excluídos, tornando-se parceiros intelectuais dos pesquisadores na compreensão de fenômenos e na elaboração do conhecimento” (SCHMIDT 2008, p. 394).

Brandão e Borges (2007, p. 54) trazem alguns fundamentos e princípios da pesquisa participante, dentre eles, que esta tenha como ponto de partida a perspectiva da realidade concreta dos participantes individuais e coletivos do processo, sempre de maneira contextualizada e convertendo a relação sujeito-objeto em sujeito-sujeito, buscando a unidade entre teoria e prática e reconstruir a teoria a partir da reflexão crítica das práticas. Assim, o autor aponta que:

É através do exercício de uma pesquisa e da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social pode ser construída. O conhecimento científico e o popular articulam-se criticamente em um terceiro conhecimento novo e transformador (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 54).

Dessa forma, para a realização do projeto de pesquisa de iniciação científica, o qual originou o artigo, enquanto procedimentos metodológicos realizou-se o levantamento de materiais bibliográficos como livros e/ou capítulos de livros, artigos e trabalhos acadêmicos, monografias, dissertações, teses e palestras gravadas. Dessas leituras foram feitas resenhas, fichamentos e um levantamento documental que deu base para o relatório final da pesquisa e para o presente artigo. Posterior realizou-se uma revisão teórica do tema, tratando dos



principais conceitos da pesquisa, a saber: Extrativismo e Neoextrativismo, Agronegócio, Resistência Camponesa, Bem viver e Agroecologia, trazendo destaque para uma escala mais ampla dos assuntos, culminando em um levantamento documental, seguido de resenhas de livros e acompanhamento de palestras sobre a temática estudada.

Ao final, realizou-se um trabalho de campo na Chapada do Apodi no período de 07 a 13 de março de 2022. Seu principal objetivo foi conhecer os conflitos e disputas que se dão em comunidades de Tabuleiro do Norte, a partir da espacialização do neoextrativismo, bem como oportunizar vivências nos territórios e nos quintais visitados, com as agricultoras e agricultores que formam uma frente de luta e resistência perante o modelo empreendido pelo agronegócio. Em nosso percurso, visitamos comunidades nos municípios de Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte e Quixeré, no estado do Ceará.

Visitamos, neste trabalho de campo, as comunidades: Santo Estevão (Tabuleiro do Norte), Saco Verde (Tabuleiro do Norte), Currais de Cima (Tabuleiro do Norte), Baixa do Juazeiro (Tabuleiro do Norte). Durante as visitas às casas das mulheres agricultoras, utilizou-se de entrevistas pré-estruturadas individuais e em grupo (a partir das rodas de conversa), tendo como aporte fotografias e gravações em áudio. Teve-se a oportunidade de percorrer os arredores de uma das empresas do agronegócio, instaladas próximas às comunidades, e ver de perto alguns dos processos de degradação do meio ambiente e de vulnerabilização das comunidades. Ao retornar do campo, realizou-se relatório e as transcrições dos áudios das entrevistas. A última etapa foi a redação do relatório final da pesquisa, e deste derivou-se este artigo.

Reflexões Teóricas: Território, Conflitualidades e Neoextrativismo, a partir das vivências nas comunidades da Chapada do Apodi

A globalização da economia trouxe profundas mudanças ao processo produtivo vinculado à agricultura (ELIAS, 2002, p. 23). Oliveira (2016, p.6) afirma que, sob a égide do capitalismo monopolista mundializado, a agricultura passou a estruturar-se, principalmente, na produção de *commodities*, transformando toda a produção agropecuária e extrativista em produção de mercadorias para o mercado mundial. Assim, “a mundialização atua na agricultura através dos processos de territorialização dos monopólios e monopolização dos territórios.” (OLIVEIRA, 2016, p. 1).

Nesse sentido, consideramos relevante iniciar nosso percurso teórico com a discussão sobre território e territorialidades, conceitos-chave da nossa pesquisa, pois, segundo Fernandes (2009, p. 201), “as políticas de dominação e de resistência utilizam o conceito de território para delimitar tanto os espaços geográficos disputados, quanto de demarcar os pleiteados”. Assim, Haesbaert e Limonad (1999) assinalam sobre o conceito de território e afirmam que os seres humanos, ao se apropriarem do espaço em que se inserem, passam a construir e ser construídos pelo território. Os autores designam que o território é uma construção histórica, possui uma face subjetiva, chamada de identidade territorial, e outra objetiva, chamada de dominação do espaço, onde se efetivam os instrumentos de ação política e econômica, sendo, portanto, ao mesmo tempo, apropriação e domínio de um espaço social partilhado.



Em Haesbaert (2007), o território exprime a ideia de poder, tanto no sentido da dominação, como também, em sentido mais simbólico, de apropriação ou de resistência. Assim, o contrário do que reproduz a lógica capitalista hegemônica, sobretudo, através do Estado moderno, o conceito de território se apresenta como complexo, diverso e com múltiplas sobreposições de jurisdições ou territorialidades:

Enquanto continuum dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações - que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeito, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência - pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe). [...] Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de "funções" quanto na produção de "significados" (HAESBAERT, 2007, p. 22).

Para Saquet (2007), o território é construído coletivamente, é material e imaterial, tem seu fundamento na identidade, diferenças, desigualdades e unidades. Sendo resultado do processo de territorialização. Nele, há temporalidades, descontinuidades e territorialidades, ou seja, "é espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem" (SAQUET, 2007, 73). O autor ainda pontua que:

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias des-territorialidades e as reterritorialidades (SAQUET, 2007, p. 69).

Sobre territorialidades, o autor afirma que:

A territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família [...] na cidade-urbano, no rural agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida (SAQUET, 2009, p. 90).

Já Fernandes (2009), a partir de seus estudos sobre campesinato, adota a ideia de territórios, pois, segundo o autor, as diversas relações e classes sociais produzem diversos territórios, em constante conflitualidades e disputas territoriais. Nesse sentido, a disputa, não apenas do ponto de vista econômico, mas também no âmbito político, ideológico e teórico, é a essência do território, tendo em vista, esse conceito ser amplamente utilizado por transnacionais, governo e movimentos socioterritoriais na implantação de políticas públicas e privadas nos campos, nas cidades e nas florestas, e, dessa forma, construir modelos de desenvolvimento que geram graves impactos socioterritoriais e, por sua vez, conflitualidades.



Para esse autor, a conflitualidade:

[...] é o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e ou as superações de classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios (Fernandes, 2008c). As contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e territórios heterogêneos gerando conflitualidades [...] A conflitualidade é, portanto, um processo em que o conflito é apenas um componente (FERNANDES, 2009, p. 203).

Outro conceito essencial para nossa pesquisa é o de resistência. Sousa (2020, p. 77) traz que conflitualidade e resistência são pares dialéticos, em ambos a contradição é a essência, as conflitualidades dão origem às resistências a partir dos processos de desigualdade e exploração espaço temporais. Dessa forma:

[...] a resistência dos povos e das comunidades tradicionais se faz presente, e isso acontece em diferentes momentos da história. A resistência torna-se ainda mais potente quando estas forças se aglutinam formando uma frente de oposição ao avanço capitalista, como promovem diversos movimentos sociais vinculados à questão agrária juntando, em determinadas ocasiões, as organizações camponesas que são as forças vivas de resistências no campo (SOUSA, 2020, p. 78).

Dado o exposto, desde o processo de usurpação do território latino-americano e caribenho, é estabelecida uma relação de dependência e soberania entre centro e periferia do capitalismo, pautada na apropriação e extrativismo predatório e mercadológico (ou neoextrativismo), dos bens naturais dos países periféricos, por países desenvolvidos (OLIVEIRA, 2019, p. 18). De acordo com Oliveira (2007, p.21), “o capitalismo submeteu os povos da Ásia, da América e da África aos seus interesses comerciais, transformando-os em colônias dos impérios capitalistas, extraíndo, assim, excedentes para a realização da acumulação primitiva do capital”.

O conceito de extrativismo está ligado às atividades de captação de bens vindos da natureza, a construção do termo parte de inúmeras análises, Allegretti (1992, p. 146) a relaciona a uma perspectiva extrativista de base econômica ecológica:

(...) o extrativismo deve ser entendido como uma atividade paradigmática para o desenvolvimento sustentável, ao conceber os recursos naturais e ambientais como recursos produtivos, de cuja conservação depende a reprodução da vida econômica e social.

Outros autores assumem essa denotação do termo, mas, fazem uma linha teórica crítica ao modelo extrativista de mercado, conectado ao capitalismo, desenvolvido na América Latina e em outros lugares do mundo. A implantação do modelo neoextrativista, além da subserviência e da dependência econômica imposta aos países de periferia, desencadeou a superexploração da natureza e múltiplos conflitos socioambientais. Porto Gonçalves (2017, p. 25) aponta que:

Foram o ouro e a prata levados da América Central e Andina, aproveitando-se, diga-se de passagem, do sofisticado conhecimento científico e expresso na metalurgia da



cultura dos maias, incas e astecas e, ainda, por causa das diversas plantations que depois se desenvolveram (de cana, de café, de cacau, de algodão, de banana, entre tantas), quase sempre com base no trabalho escravo, sobretudo dos negros, e no trabalho servil, quase sempre indígena, que grande parte das florestas da América foi dizimada, seus melhores solos praticamente esgotados e as principais minas de ouro e prata exauridas. Vê-se, portanto, que o processo de globalização traz em si mesmo a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente. Vê-se, também, que junto com o processo de globalização há, ao mesmo tempo, a dominação da natureza e a dominação de alguns homens sobre outros homens, da cultura europeia sobre outras culturas e povos, e dos homens sobre as mulheres por outro lado.

Para Oliveira (2019), a ampliação do extrativismo na América Latina assinala para um novo conceito, mais desenvolvido em meados do século XX até os dias atuais, o neoextrativismo. Vitte (2020, p. 174), nesse sentido, assinala que:

Apesar de não ser mais uma região de economia exclusivamente agrícola, o modelo econômico atual reproduz um padrão histórico da América Latina que continua concentrado na Conexão Política, exploração dos recursos naturais, com produção crescente de *commodities*, visando a exportações, em comparação com produtos manufaturados.

Gudynas (2012) complementa que neoextrativismo é uma reconfiguração do modelo extrativista por gestões progressistas recentes, sem verdadeiras mudanças nas atividades econômicas, sociais e ambientais. Para o autor, “este neoextrativismo de cunho progressista tem suas contradições, tais como uma maior presença estatal, à custa de manter os impactos sociais e ambientais” (GUDYNAS, 2012, p. 306). Segundo Santos e Milanez (2013, p. 121): “Gudynas (2009, 2012a) define o neoextrativismo como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada”. Esses autores salientam que:

O conceito do neoextrativismo foi definido principalmente em referência a países da América Latina, embora possa ser também aplicado a outras regiões. Ele vem sendo utilizado tanto no contexto de países tradicionalmente extrativistas, que passam por um momento de aprofundamento do modelo, como por países que, inspirados pelas experiências regionais, buscam emular as mesmas práticas (SANTOS; MILANEZ, 2013, p. 121).

Ainda à luz de Santos e Milanez (2013, p. 11):

[...] O neoextrativismo seria uma versão contemporânea do desenvolvimentismo e apresenta, assim, o crescimento econômico como forma de superação da desigualdade social – e que, em sua roupagem recente, se identifica com o financiamento de programas sociais [...] porém, que essa estratégia tenderia a promover a competição entre os países por investimentos estrangeiros e intensificaria a redução da qualidade de vida, graças à flexibilização das normas trabalhistas e ambientais.



Nesse sentido, Vitte (2020) destaca diversos aspectos vinculados ao modelo neoextrativista, como a forte demanda por privatizações, a disputa pelo acesso e controle desses recursos, os megaprojetos agroexportadores, o papel do Estado com a presença de capitais nacionais e internacionais nesses empreendimentos com a justificativa de retorno de lucros para a sociedade e, por último, a superexploração dos recursos naturais desencadeando conflitos socioambientais. Oliveira (2019, p. 26) assinala que, além dos aspectos socioeconômicos, que o extrativismo e o neoextrativismo deixam no lastrear de um país, há também as imputações socioambientais “[...] seu caráter extrator voraz da natureza acentua a destruição do meio ambiente e marginaliza povos tradicionais”.

Dessa forma, o modelo neoextrativista, justificado e legitimado pelo crescimento econômico de “interesse nacional”, consolida o Brasil na condição de periferia do capitalismo e é incapaz de transcender o subdesenvolvimentismo (OLIVEIRA, 2019). Para além do olhar econômico, o neoextrativismo vem gerando tensões territoriais e socioambientais, causando efeitos nas áreas rurais, tais como: poluição, contaminação hídrica, desmatamento, e nas regiões urbanas: inchaço urbano, favelização, aumento da violência, exploração sexual e demanda extra nos serviços públicos de saúde, saneamento e segurança (SANTOS; MILANEZ, 2013).

No neoextrativismo, a distribuição dos recursos, benefícios, serviços e riscos ambientais ocorrem de maneira desigual, sendo as comunidades locais as responsáveis por arcar com a maioria dos prejuízos e impactos negativos, enquanto que os benefícios são concentrados pelas empresas, ou pelos governos nacionais (SANTOS; MILANEZ, 2013). Dourado (2021, p. 217) destaca que o agronegócio, modelo hegemônico brasileiro: “tem sido responsável pela apropriação capitalista das riquezas sociais e naturais, geradas nos territórios, de tal forma que retira dos alimentos o seu valor de uso, passando a integrá-lo como commodity no fluxo do capital”.

Santos (2016, p. 161) define agronegócio como:

O agronegócio é, de fato, um “negócio”, pois no funcionamento desse setor se lida com aspectos administrativos, financeiros, contábeis, logísticos, gestão de recursos humanos, gerenciamento de informações, comunicação de banco de dados, controle de qualidade e de processos, automação industrial e comercial, marketing, entre outros, próprios de qualquer ramo empresarial, bem como se gerencia empresas agropecuárias, definindo as estratégias de mercado e sistemas de produção.

De acordo com Lima e Cavalcante (2019, p. 190), são as comunidades em torno dessas empresas as mais afetadas, pois elas sofrem diretamente e de várias formas com os impactos do agronegócio. Nesse contexto, Sousa (2020, p. 92) aponta que a Chapada do Apodi, região do baixo do Jaguaribe onde encontra-se o perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, é um exemplo concreto e emblemático do quadro de disputas territoriais que se dão a partir da expropriação e da exploração da força de trabalho e da natureza, típicos do modo de produção capitalista. A autora aponta que:



Os processos de desterritorialização se estenderam depois da territorialização do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi e, posteriormente, com o agronegócio na Chapada do Apodi, por este adotar o modelo de produção em larga escala, causando impactos nos povos que historicamente existiram nesse território. (SOUSA, 2020, p. 91).

A região do Baixo Jaguaribe, segundo o IBGE (2010), compreende os municípios de Aracati, Fortim, Itaiçaba, Icapuí, Limoeiro do Norte, Quixeré, Palhano, Alto Santo, Ibicuitinga, Morada Nova, Russas, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe e Jaguaruana. Essa região comporta diversas configurações agrárias, que compõem um quadro de disputa de modelos de desenvolvimento e uso da terra complexo e dinâmico (CAVALCANTE et al., 2021, p. 7). Aguiar e Rigotto (2021, p. 63) apontam que, histórica e culturalmente, a região do Baixo Jaguaribe é território camponês, contudo, com a implantação dos perímetros irrigados na região, a partir da década 1990, legitimados pelo discurso do combate e enfrentamento à seca, o território vem passando por uma reestruturação capitalista forçada e violenta.

Este processo, promovido por interesse do capital nacional e internacional, vinculado ao agronegócio, invadiu o território da Chapada do Apodi, a partir de 2000, com amplo apoio do Estado, promovendo a expulsão de posseiros de suas propriedades e implantação de cobranças de produtividade e de encargos de impostos exigidos à pequena parcela de pequenos proprietários que foram reintegrados às suas terras (AGUIAR e RIGOTTO, 2021). As referidas autoras salientam que, na Chapada do Apodi, as grandes empresas do agronegócio encurralam as comunidades locais, utilizando, ainda, um enorme volume de agrotóxicos, que afetam não somente os trabalhadores das empresas, como também as comunidades que vivem no entorno, acarretando em contaminação humana e ambiental. Além disso, o avanço do neoeextrativismo na região sujeita às comunidades locais a um processo complexo de vulnerabilização, aprofundado com o atrelamento do Estado aos agentes econômicos do grande capital, criando o que as autoras classificam como “as teias da vulnerabilização do agronegócio na Chapada do Apodi” (AGUIAR e RIGOTTO, 2021, p. 63).

A LUTA CAMPONESA CONTRA O AGRONEGÓCIO EXTRATIVISTA NO MUNICÍPIO DE TABULEIRO DO NORTE/CE

Sousa (2020) aponta que na Chapada do Apodi, mais precisamente a área entre os municípios de Limoeiro e do Norte e Quixeré, encontra-se o perímetro Jaguaribe-Apodi, o segundo maior do estado do Ceará, com área de 13.229,29 ha. Esta localização tem destaque para o tipo de solo, disponibilidade hídrica e abundante força de trabalho, sendo considerada, portanto, uma das regiões cearenses a mais receber grande fluxo de incentivos fiscais e investimentos do Estado. A autora realça que:

No caso do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi (denominado de PIJA), a área entrou em destaque pelo relevo, pelo solo e pela disponibilidade hídrica (ADECE, 2011), além da disponibilidade de mão de obra. Nesse processo, os lugares receberam os incentivos para a reprodução do capital e ganharam novas formas, adquiridas a partir do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994, 2000,



2008, 2014). A Chapada do Apodi foi uma dessas áreas imersas nos incentivos de (des) envolvimento por parte do Estado, que criou uma série de subsídios para a expansão dos novos espaços destinados a atender aos empresários do ramo do agronegócio. (SOUSA, 2020, p. 95).

Com a territorialização do agronegócio, sobretudo da fruticultura irrigada, na região, Sousa (2020, p. 100) evidencia que a Chapada do Apodi passou por transformações estruturais, sociais, culturais e econômicas que geraram impactos, principalmente para as comunidades que ali reproduziam seus modos de vida. Inserido nesse contexto, o município de Tabuleiro do Norte apresenta grandes propriedades rurais que concentram centenas de hectares de terra, de forma contínua e descontínua, além das empresas vinculadas ao agronegócio da fruticultura e a pecuária. Destaca-se, no município, a chegada recente de duas grandes empresas do agronegócio, uma vinculada ao grupo Santana Têxteis SA, a Nova Agro Agropecuária, voltada à produção de algodão, que já controla sozinha 965,22 hectares, distribuídos em cinco fazendas e a Agrícola Famosa Ltda., que já possui três fazendas, destinadas futuramente à fruticultura. (CAVALCANTE *et al.*, 2021, p. 37).

Figura 2: Fluxograma das empresas instaladas em 2020, em Tabuleiro do Norte - Ceará.



Fonte: Cavalcante, 2021. Organizado pelas autoras, 2022.

Em entrevista ao Jornal Brasil de Fato (2020)¹, Cavalcante denunciou a gravidade da situação enfrentada pelos moradores das comunidades do município, com a territorialização da empresa Nova Agro e a produção de algodão e soja transgênicos. O pesquisador apontou que, desde 2019, a Santana Têxteis, responsável pela Nova Agro, atua tanto arrendando fazendas de algodão de pequenos e médios produtores, quanto produzindo em suas próprias fazendas. Importante destacar que, nem mesmo no período de pandemia de Covid-19, a produção foi paralisada. Para Cavalcante, isso expõe e intensifica a expansão do latifúndio, da monocultura, do uso de transgênicos e agrotóxicos, problemas já enfrentados há bastante tempo na Chapada do Apodi.

Este fato pôde ser observado em visitas, entrevistas e conversas informais, sobretudo, com as agricultoras das comunidades de Santo Estevão (Tabuleiro do Norte), Saco Verde (Tabuleiro do Norte), Currais de Cima (Tabuleiro do Norte), Baixa do Juazeiro (Tabuleiro do Norte). Na roda de conversa com as agricultoras, ocorrida dia 07 de março de 2022, primeiro dia do trabalho de campo, na comunidade Santo Antônio dos Alves (ou Baixa

¹ Disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2020/07/23/agronegocio-producao-do-algodao-transgenico-e-uso-de-agrotoxicos-crescem-no-ceara>. Acesso em: 20 out. 2022.



do Juazeiro – Tabuleiro do Norte), foi partilhado conosco as histórias de vida das mulheres que estão, cotidianamente, no enfrentamento ao neoeextrativismo. Muitas delas relataram que trabalham no campo desde a infância, casaram com agricultores e trabalham em terras que foram herdadas de seus pais e mães, e não conhecem/não desejam outra profissão ou modo de vida diferente daquele do campo.

Figura 3 - Roda de conversa com as agricultoras das comunidades rurais do município de Tabuleiro do Norte



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

As agricultoras partilharam também sobre os conflitos por água, que há tempos ocorre nestes territórios e sobre a problemática atual, que se dá em torno da chegada de empresas do agronegócio, que promovem especulação de terra e o uso de agrotóxicos, como a Nova Agro-Santana Têxteis. Este relato se repetiu em todas as entrevistas e conversas com agricultoras, agricultores, seus filhos e familiares, moradores das comunidades já afetadas e comunidades vizinhas.

“-É, o que afeta mais é o veneno, porque não tem como uma pessoa que mora assim, perto, que a divisão que tem pro território é a estrada. Aí, se eles se instalarem aqui na frente, aí não tem como ficar aguentando o veneno todo ano, todo ano. Aí, é deixar o que tem e ir embora, abandonar o que têm. É isso.” (Agricultora, Comunidade Baixa do Juazeiro).

“-Nós aqui, como já falamos outras vezes, é a falta de água, a gente tem muita dificuldade com água. E o agronegócio vem se aproximando cada vez mais da gente. E como vocês escutaram ontem mesmo, já várias pessoas mais velhas que já estavam aqui há 50,60 anos estão indo embora. Isso preocupa muito, porque como as meninas estavam falando ontem na viagem que elas fizeram ao Rio Grande, e lá elas falavam que nosso problema aqui não era terra, nós não tínhamos água pra produzir, mas tinha terra a gente tinha muita. E hoje em dia a gente também tá com medo porque tá cada vez



se aproximando mais, já tem pessoas sofrendo as consequências e medo é chegar até a gente também. (Agricultora, Comunidade Santo Estevão).

Os camponeses e as camponesas estão temerosos, com receio de perder suas terras e de ter que abandonar seus modos de vida, fato que infelizmente já está acontecendo, como relatou um dos agricultores, que teve sua propriedade toda cercada por essa empresa, na comunidade de Currais Velho, em Tabuleiro do Norte, Ceará. Tivemos a oportunidade de percorrer toda a área especulada e já adquirida pela empresa Nova Agro-Santana Têxteis e pudemos observar o rastro de destruição deixado pela mesma, conforme relatado pelos moradores, como por exemplo: desmatamentos, desterritorialização de agricultores (as) e de pequenas propriedades, cercamento de pastos coletivos e uso intensivo de agrotóxicos.

Não obstante, ao passo que o agronegócio cresce na região, os movimentos de luta e resistência camponesa vão também se fortalecendo e se territorializando, conforme aponta Lima e Cavalcante (2019, p. 190), pois “ocasionou novos e significativos usos do território, em dimensões e escalas das mais variadas [...] o que resultou também em resistências por parte dos camponeses”, trazendo como resposta contra hegemônica, a construção paulatina de quintais produtivos pautados no bem viver agroecológico. Para Dourado (2012, p. 218):

A resistência de um campesinato contemporâneo, articulada à prática da agroecologia, representa a negação do modelo de desenvolvimento do agronegócio e manifesta uma crítica empírica aos limites da ordem capitalista, à medida que reproduz um novo modo de produzir e de viver – territorialidade – convergente com a concepção de bem viver.

Evidencia - se, dessa forma, a necessidade de trazer à luz outros modelos e estratégias, bem como, a potencialidade da articulação dos conceitos de agroecologia, campesinato e bem viver, como alternativa contra hegemônica capaz de superar os paradigmas neoeextrativista e neodesenvolvimentista. Para Dourado (2021), a agroecologia se configura, ao mesmo tempo, como ciência, movimento e prática social, sendo um modelo contra hegemônico de produção agropecuária, baseado na produção diversificada de alimentos, em sintonia com os ecossistemas locais, sem o uso de agrotóxicos e de transgênicos, resgatando e valorizando os conhecimentos tradicionais, colocando-se como uma ferramenta de transformação social.



Figura 4: Quintais em transição agroecológica nas comunidades rurais de Tabuleiro do Norte/CE



Fonte: Oliveira, 2022.

Dessa forma, durante o trabalho de campo observamos uma movimentação de resistência e enfrentamento organizado, sobretudo, pelas agricultoras, que mantêm uma relação de pertencimento e cuidado com o território, com a terra e com seus quintais produtivos. Nesse sentido, vê-se uma frente de luta formada por agricultores e agricultoras, tendo o apoio dos movimentos sociais, universidades, professores, discentes, grupos de pesquisa, a exemplo do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (NATERRA), vinculado à Universidade Estadual do Ceará, e instituições pastorais, como a



Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, dentre outros, dispostos a contribuir junto às comunidades em situação de conflitualidade. Sousa (2020, p. 108) destaque que:

É possível verificar entre os (as) camponeses (as) da Chapada do Apodi, diversas formas de resistências que se constituem a partir de ações locais e laços comunitários/coletivos. Nesse contexto, é que se compreende a territorialidade dos camponeses e as resistências que são localmente construídas. [...] O território da Chapada se constituiu como base de ação das resistências organizadas. Na contramão do modelo neoextrativista que se designa nos moldes capitalistas de produção, vemos a articulação de diversas entidades que buscam a libertação.

Uma dessas formas de resistência, apresentada a nós durante a roda de conversa com as agricultoras, é a iniciativa CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura): “Meu quintal em sua cesta”, em parceria com a Cáritas de Limoeiro do Norte, em que há o comércio de cestas com produtos agroecológicos dos (as) agricultores (as) das comunidades, garantindo renda e fortalecendo laços de união entre as comunidades. Outra forma de resistência que podemos destacar são as instalações e uso de tecnologias sociais de convivência com o semiárido, como os sistemas de biodigestores e de bioáguas, entre outros, que atuam como forma de enfrentamento ao modelo hegemônico capitalista.

Várias outras ações de luta e resistência também já foram realizadas, como as manifestações nas ruas da cidade, organizadas no intuito de conscientizar os (as) moradores (as) urbanos acerca das problemáticas vivenciadas pelas comunidades rurais. Também houve pressão, por parte dos (as) camponeses (as), para que houvessem audiências públicas com representantes do governo local e da empresa em questão e realizou – se entrevistas na rádio da cidade para dar visibilidade ao que acontece neste território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São vários os relatos de agricultores (as) e de suas famílias que, cercados (as) pelo neoextrativismo predatório do agronegócio, não tiveram alternativa a não ser vender seu pedaço de terra. Fernandes (2009, p. 209) aponta que “a propriedade camponesa reúne moradia e trabalho em um só território”. Dessa forma, o processo de desterritorialização traz um contexto de vulnerabilidade social e econômica para esses agricultores e agricultoras, inclusive para os que ficaram, pois, além de precisarem adaptar seus modos de vida à nova realidade, necessitam conviver respirando agrotóxico e com a incerteza do futuro.

Não obstante, ao passo que o modelo agroextrativista se expande neste território, as resistências nas comunidades também ganham força e formam uma frente de luta, com o apoio de várias entidades e organizações. Nesse sentido, é de extrema importância pontuar o papel das mulheres camponesas à frente de tais resistências e, como dito por uma das entrevistadas, elas são a “coluna” do movimento de resistência. Ou seja, estão agindo como sustentáculo essencial à luta, tanto na perspectiva de participar dos espaços externos de denúncia, manifestações, palestras, entrevistas, dentre outros, quanto de forma interna, em seus quintais e em suas comunidades, ao produzir e reproduzir um modo de vida agroecológico.



REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. Descolonizar o Imaginário. **Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição**. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIGOTTO, Raquel Maria. Quando o neoextrativismo chega aos corpos e territórios: agronegócio, processos de vulnerabilização e colonialidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 57, 2021.

ALLEGRETTI, Mary Helena. Política de uso dos recursos naturais renováveis: a Amazônia e o extrativismo. **Revista de Administração Pública**, v. 26, n. 1, 1992, 145 - 162.

BARBOSA, Francisco. Agronegócio: produção do algodão transgênico e uso de agrotóxicos crescem no Ceará. **Revista Brasil de Fato** | Fortaleza (CE) 23 de Julho de 2020 às 18:49. Disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2020/07/23/agronegocio-producao-do-algodao-transgenico-e-uso-de-agrotoxicos-crescem-no-ceara>. Acesso em: 20 out. 2022.

BARROS, Silmária Katiúcia Maia. **Tecnologias Sociais Sustentáveis e Convivência com Semiárido no Município de Tabuleiro do Norte, CE**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Mossoró. 2021.

BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, p. 31-38, 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, MG, v. 6, n. 1, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>. Acesso em: 23 nov. 2022.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. A Territorialidade do Capital no Campo: Agronegócio e Uso Corporativo do Território no Ceará. **Revista Nera**, n. 53, p. 22-46, 2020.

CAVALCANTE, Leandro Vieira; SILVA, Francisco Ricardo Leite; MARTINS, Erivaldo Paiva. **A geografia do latifúndio no Baixo Jaguaribe/CE: questão agrária, relações de poder e usos da terra**. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica – Universidade Estadual do Ceará, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Fortaleza, 2021.

DOURADO, Nathan Pereira. Territorialidade camponesa e o bem viver agroecológico: o caso do assentamento contestado em Iapa. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de geografia agrária**, v. 16, n. 41, p. 212-241, ago. 2021.

ELIAS, Denise. Globalização e Agricultura no Brasil. **Geo UERJ**, [S.l.], n. 12, p. 23, mar. 2020. ISSN 1981-9021. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49202/32884>. Acesso em: 23 out. 2022. Doi:<https://doi.org/10.12957/geouerj.2002.49202>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Ed.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. (Org). Editora Expressão popular, 2009. p. 197 – 215.



GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LENA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (org.). **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Garamond & IRD, Rio de Janeiro, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Geo UERJ**, [S.l.], n. 5, p. 7, mar. 2020. ISSN 1981-9021. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49049/32762>>. Acesso em: 23 out. 2022. Doi:<https://doi.org/10.12957/geouerj.1999.49049>.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/tabuleiro-do-norte.html>. Acesso em: 21 nov. 2022.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil básico municipal de Tabuleiro do Norte. Fortaleza**: IPECE, 2017. Disponível em: [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Tabuleiro do Norte 2017.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Tabuleiro_do_Norte_2017.pdf). Acesso em: 23 nov. 2022

LIMA, Maria Tamires Teotônio; CAVALCANTE, Leandro Vieira. Questão agrária e ensino de Geografia: representações sobre o agronegócio na Chapada do Apodi, Ceará. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 10, n. 22, p. 189-208, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2022

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Arthur Virgilius Braga. **Extrativismo e neoextrativismo no Brasil: uma análise do modelo econômico brasileiro e seus impactos ao meio ambiente / Arthur Virgilius Braga Oliveira**. – 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Economia Ecológica, Fortaleza, 2019.

PEREIRA, Guilherme Reis; CUELLAR, Miguel Dragomir Zanic. Conflitos pela água em tempos de seca no Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará. **Estudos avançados**, v. 29, p. 115-137, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017.

SANTOS, Camila Dutra dos. Difusão do agronegócio e reestruturação urbano-regional no Oeste Baiano. **GeoTextos**, Vol 12, N.1. 2016, p. 157 - 181. <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v12i1.15381>.



SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; MILANEZ, Bruno. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 10, n. 19, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SAQUET, Marcos. Aureio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Ed.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. (Org). Editora Expressão popular, 2009. p. 73 – 94.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. **Psicologia USP**, v. 17, p. 11-41, 2006.

SOUSA, Rafaela Lopes de. **Acampamento Zé Maria do Tomé, um território de resistência: territorialidades, conflitualidades e (re) produção camponesa na Chapada do Apodi/CE**. 2020. 217f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Neoextrativismo e o Uso de Recursos Naturais na América Latina: Notas Introdutórias sobre Conflitos e Impactos Socioambientais. **Conexão Política**, v. 9, n. 1, p. 167-194, 2020.

HISTÓRICO

Submetido: 03 de março de 2023.

Aprovado: 21 de abril de 2023.

Publicado: 31 de maio de 2023.

DADOS DO(S) AUTOR (ES)

Stacy Sheridan Lima de Oliveira

Licenciada em Geografia – Universidade Estadual do Ceará (UECE), membra do Laboratório de Estudos do Campo, Natureza e Território (LECANTE) e do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (NATERRA), Fortaleza, Ceará, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Goiânia, 1624, A, Henrique Jorge, Fortaleza, Ceará, Brasil, CEP: 60510-175.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0988-3626>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0868679542725168>

E-mail: sheridan.oliveira@aluno.uece.br

Camila Dutra dos Santos

Doutora em Geografia - Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora - Universidade Estadual do Ceará (UECE), Coordenadora do Laboratório de Estudos do Campo, Natureza e Território (LECANTE) e do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (NATERRA), Fortaleza, Ceará, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Chile, 671, Bela Vista, Fortaleza, Ceará, Brasil, CEP: 60.442-464.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9453-5983>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1956299820428973>.

E-mail: camila.dutra@uece.br

Rafaela Lopes de Sousa

Mestra em Geografia pela UECE. Doutoranda em Geografia – Universidade Estadual do Ceará (UECE), membra do Laboratório de Estudos do Campo, Natureza e Território (LECANTE) e do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (NATERRA), Fortaleza, Ceará, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Dr. João Amora, 1077, Vila Manoel Sátiro, Fortaleza Ceará, Brasil. CEP: 60713-Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4459-9599>



Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6606651120552124>

E-mail: lopes.sousa@aluno.uece.br.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT

OLIVEIRA, Stacy Sheridan Lima de; SANTOS, Camila Dutra dos; SOUSA, Rafaela Lopes de. A Agricultura Camponesa como Resistência ao Neoextrativismo no Município de Tabuleiro do Norte/CE. **Revista GeoUECE**, Fortaleza (CE), v. 12, n. 22, e202301, 2023. <https://doi.org/10.59040/GEOUECE.2317-028X.v12.n22.e202301>